

Secretaria Executiva de PPP do Estado da Bahia

Financiamento de infraestrutura em PPPs Case da Bahia

Setembro de 2017

Estrutura da Apresentação

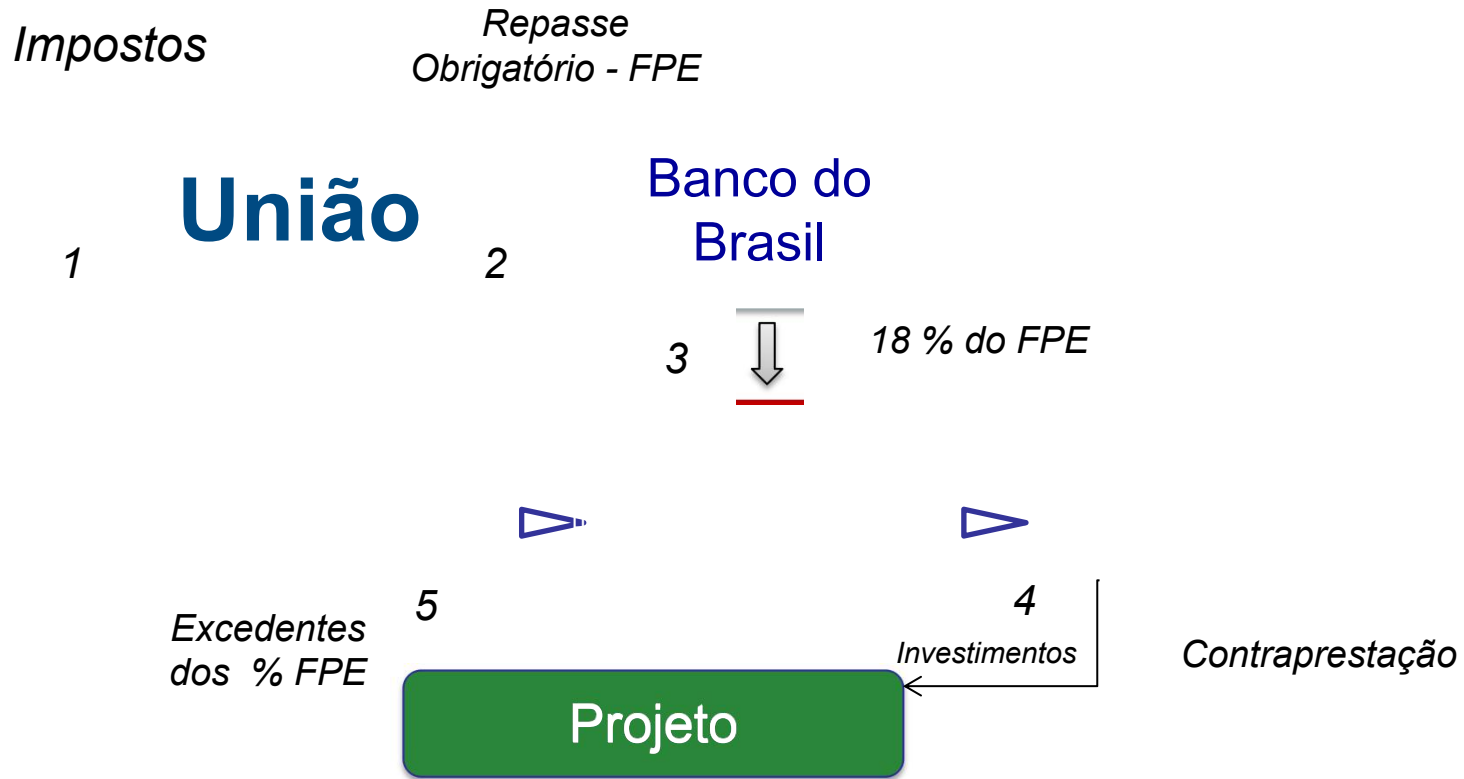
1. Algumas Considerações Iniciais

1. Estrutura de Garantias da Bahia
2. Receitas das concessionárias

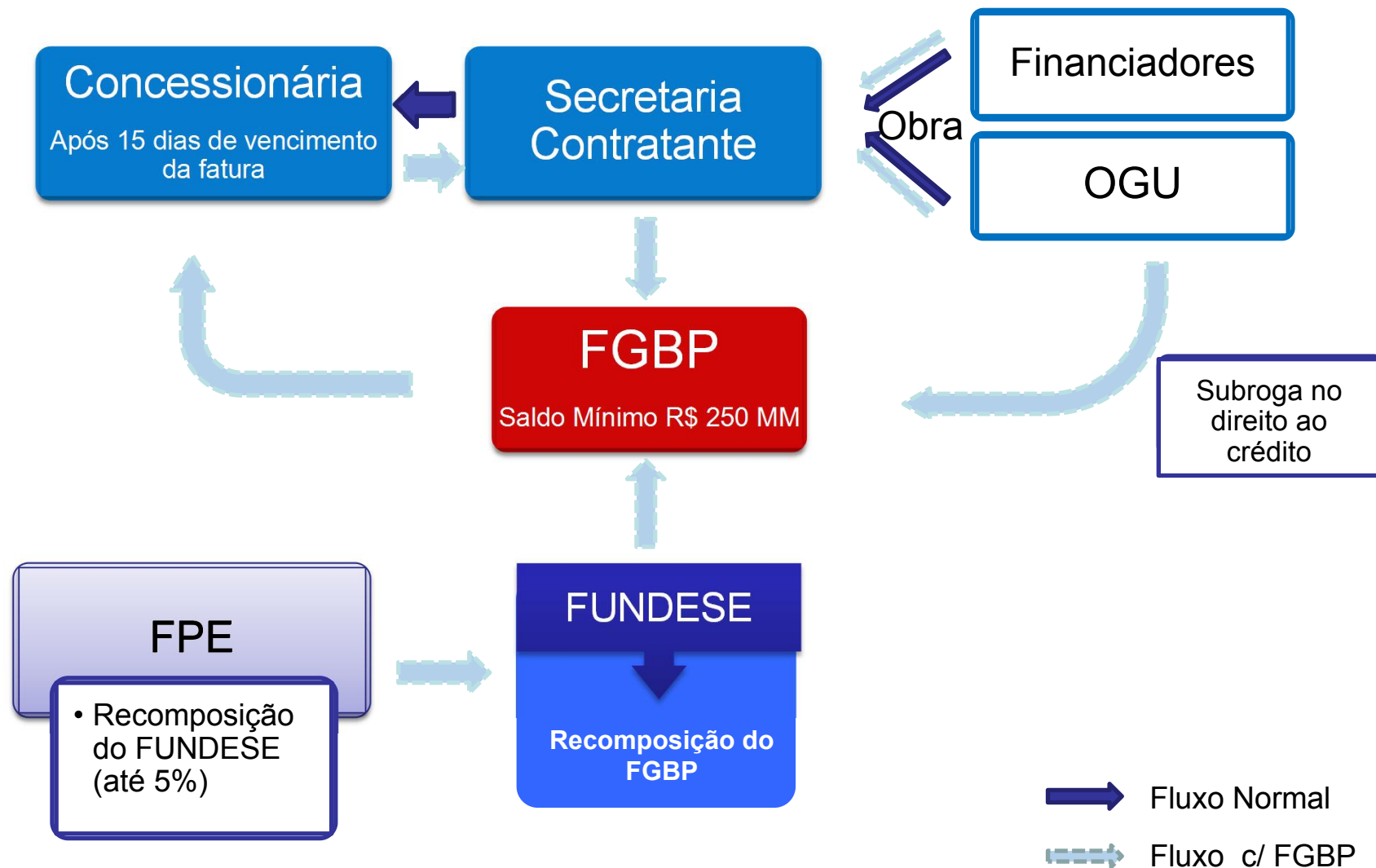
2. Alternativas de Financiamento

3. Projetos de PPP na Bahia - para Licitar

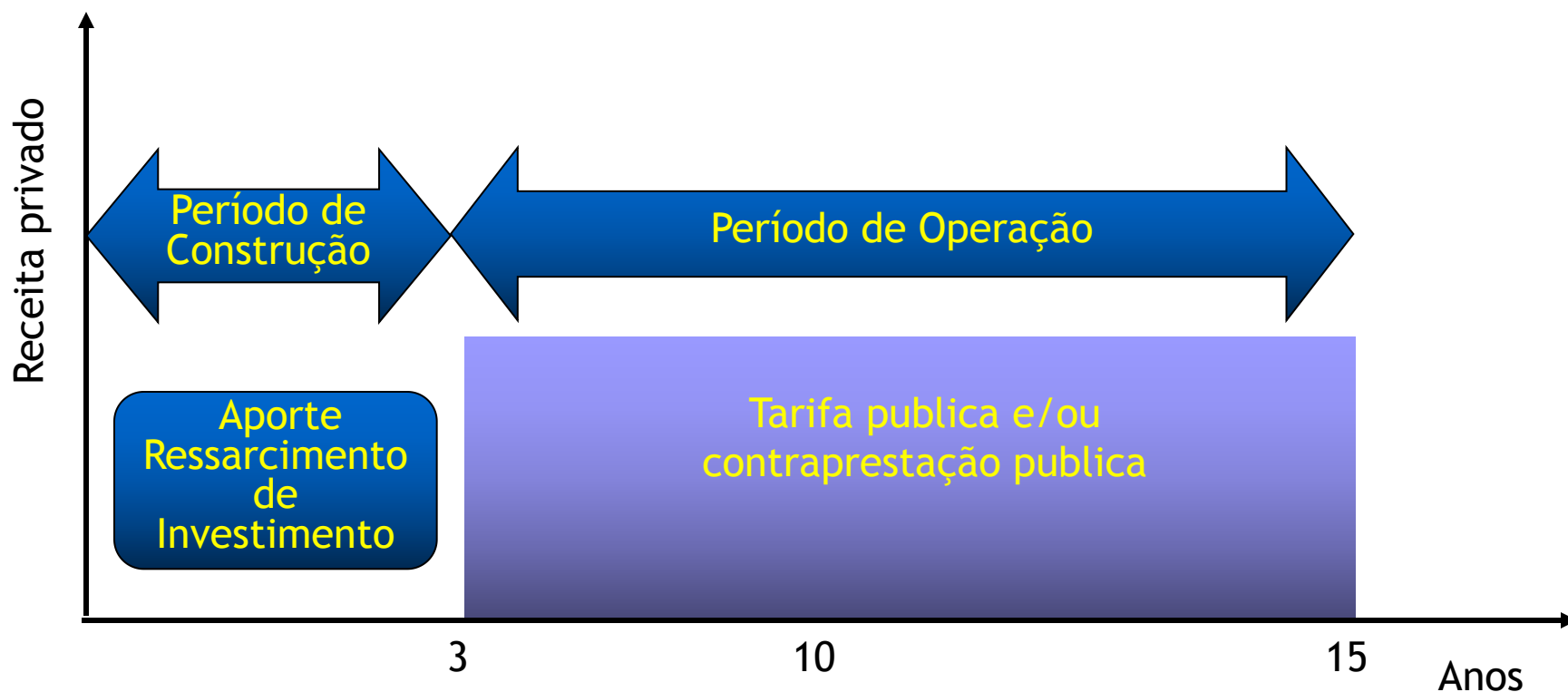
Estrutura de Garantias - Fluxo Financeiro



Estrutura de Garantias - FGBP



Receitas das Concessionárias numa PPP



Alternativas de Financiamento

Financiamento de Longo Prazo

- Bancos Oficiais
 - BNDES
 - Prazo total entre 10/15 anos;
 - Encargos Financeiros: spread + Taxa de Longo Prazo
 - Alavancagem: depende da linha de financiamento
 - BANCO DO NORDESTE
 - Recursos do FNE
- Bancos Privados
 - Santander
 - Bradesco
 - Banco do Brasil
 - Outros

Outras Formas de captação de Recursos

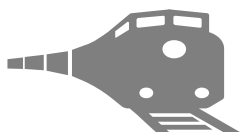
- Debêntures de Infraestrutura – Art. 2º da Lei 12.431/2011;
- Fundos de Debêntures Incentivados – Art. 3º da Lei 12.431/2011;
- Debêntures de Investimento e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) – Art. 1º da Lei 12.431/2011;
- Debêntures de Investimento e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) – Art. 1º da Lei 12.431/2011;
- Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) — Art. 1º da Lei 12.431/2011

Financiamento dos Projetos da Bahia

- PPP da Fonte Nova
 - BNDES
 - Banco do Nordeste
 - Emissão de debêntures
- PPP Imagem
 - BDMG
- PPP Hospital do Subúrbio
 - Desenhahia
- PPP ICOM
 - Desenhahia
- PPP Metrô
 - BNDES
 - Emissão de debêntures
 - Mutuo

Projetos de PPP na Bahia para Licitar

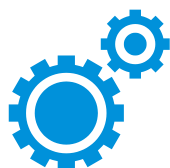
Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)



- O Projeto consiste na implementação, operação e manutenção de um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na cidade de Salvador.



18,5 quilômetros de extensão



- Irá substituir o Trem do Subúrbio e integrar com a atual rede de transportes públicos coletivos de Salvador composta pela linha de Metrô Salvador-Lauro de Freitas e pelo sistema de ônibus.



21 paradas de embarque e desembarque de passageiros



- O Projeto compreende o trecho de “São Luiz – Comércio” e passará a atender uma demanda de 81.800 pax/dia, que atualmente é de 14.000 pax/dia.



- Risco cambial assumido pelo Estado, com mecanismo de proteção definido em contrato.



- Custo de energia elétrica responsabilidade do Governo

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

CTB

PPP
Bahia
Parcerias Público-Privadas



GOVERNO DO ESTADO

APRESENTAÇÃO DO PROJETO - TRAÇADO



DADOS DE REFERÊNCIA PARA O MODELO DO ESTADO

R\$ MM – Constante base janeiro/17

Contraprestação (valores em R\$ mil)	Base Referencial Anual
De Investimento	123,9
De Operação	25,7
Total	149,6



**Vencedor da licitação será
aquele que propuser
menor contraprestação.**

Investimento para implantação	Valores em R\$ mil
Projeto Básico e executivo	33,2
Obra Civil	665,6
Material Rodante	351,8
Sistemas	378,2
Desapropriações	30,0
Projeto Social	48,0
Implantação	1.506,7

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO



Parcerias Público-Privadas



GOVERNO DO ESTADO

DADOS DE REFERÊNCIA PARA O MODELO DO ESTADO

Política Tarifária



- ✓ Tarifa de remuneração do VLT por passageiro transportado.
- ✓ Integração física e tarifária com ônibus, permitida até duas integrações e remuneração por passageiro equivalente.
- ✓ Integração com ônibus metropolitano e metrô de Salvador.
- ✓ Futura integração física com o metrô de Salvador.
- ✓ Interoperabilidade de cartões de bilhetagem.
- ✓ Compartilhamento de risco de *deficit clearing*.

Contraprestação



- ✓ Remunera CAPEX – Contraprestação de Investimento.
- ✓ Remunera parte do OPEX – Contraprestação de Operação.
- ✓ Incidência de Indicadores de Desempenho – Contraprestação de Operação
- ✓ Garantia de adimplemento das Contraprestações:
 - ✓ vinculação de fluxo do FPE (Lei Estadual 11.477/09 e alterações posteriores); e
 - ✓ (ii) saldo do FGBP de até 3 contraprestações mensais retroalimentáveis (Lei Estadual 12.610/12 e alterações posteriores)



DADOS DE REFERÊNCIA PARA O MODELO DO ESTADO

Receita Tarifária



- ✓ Receita por passageiro transportado – R\$ 2,10 (base jan/17).
- ✓ Demanda passageiros – 81.8 mil PAX/ dia (2016).
- ✓ Considerando 313 dias úteis equivalentes.

Contraprestação



- ✓ Contraprestação de Investimento: paga mensalmente por curva durante 15 anos.
- ✓ Contraprestação de Operação: paga mensalmente até o final da concessão

12%

**TIR Real
Alavancada**

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO



Parcerias Público-Privadas



GOVERNO DO ESTADO

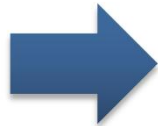
ESTRUTURAÇÃO DO FINANCIAMENTO - INDICO PLC

Características Financiamento INDICO

<i>Funding</i> Mínimo	USD 466 MM
Prazo total financiamento	18 anos
Prazo de amortização	15 anos pagamento semestral
Carência de Principal	42 meses
Carência de Juros	36 meses
Juros pré-fixado em dólar	3,00% aa
<i>Fee</i> de Estruturação e outros custos	2,5% de custo Estruturador + 0,5% Gerenciador de Engenharia
Método Amortização	SAC
<i>Garantia Completion</i>	20% (USD 97 MM) do valor total do financiamento. Liberada no 14º mês.
Garantia após operação VLT	Fluxo do Projeto

DADOS DE REFERÊNCIA PARA O MODELO DO ESTADO

Mecanismo de proteção cambial



- **Contraprestação de Investimento:** Correção anual através do valor acumulado de 100% do IPCA
- **Mecanismo:** Periodicamente apura-se a diferença entre o valor em reais, obtido através da conversão da parcela de pagamento da dívida em dólar pela Ptax do dia do pagamento, e o montante de Contraprestação corrigido pelo IPCA.
- **Gatilho:** Caso o valor acumulado da diferença, para mais ou para menos, supere R\$ 10 mm (dez milhões de reais) se dispara o gatilho para reequilíbrio do contrato
- **Reequilíbrio:** O reequilíbrio econômico financeiro será realizado pelo método do fluxo de caixa marginal, que apurará o aumento ou redução da Contraprestação de Investimento a ser paga pelo Poder Concedente.
- **Prazo:** O prazo para apuração do fluxo de caixa marginal será o prazo restante para pagamento da referida Contraprestação.



- ✓ Contratação de Parceria Público Privada, **na modalidade Concessão Patrocinada**, para a operação, manutenção e revitalização do sistema viário da BA-052, com 550 Km, **será uma contrapartida do Estado ao financiamento do Banco Mundial**
- ✓ Transformação do contrato CREMA (Reabilitação e Manutenção de Rodovias) tradicional em uma PPP de longo-prazo, sob o arcabouço de uma PPP, baseado em desempenho
 - ✓ Modelo de CREMA-PPP foi aprovado pelo Banco Mundial, o que permitirá a promoção de investimentos de forma mais eficiente
- ✓ Poder Concedente: Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA)
- ✓ Modalidade da Licitação: Concorrência Pública Internacional
- ✓ Entrega dos Envelopes com inversão de fases

O Sistema BA-052

- ✓ O Sistema BA-052 cruza 17 municípios com áreas urbanas interceptadas, porém, a maior parte da extensão das rodovias se encontra em áreas rurais. A demanda de veículos se dá principalmente devido ao comércio dinâmico de Feira de Santana, e, em menor escala, Irecê, além de escoamento de produção agropecuária entre Xique-Xique e Barra.

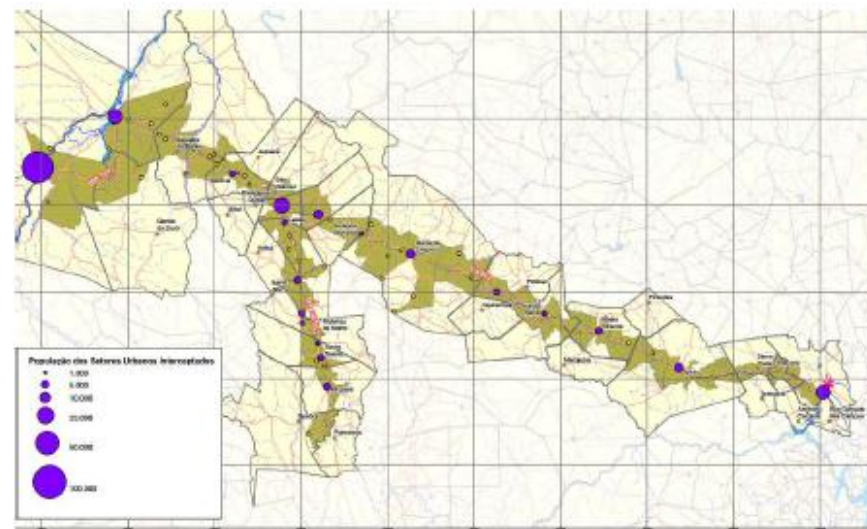
Principais Municípios

- ✓ Dentre os municípios interceptados, destacam-se: os Barra e Xique-xique, localizados no limite Oeste do Sistema, e Seabra (limite Sul do Sistema), Irecê (no ponto de Interseção entre BA-052 e BA-148, e Feira-de-Santana (limite leste do Sistema)

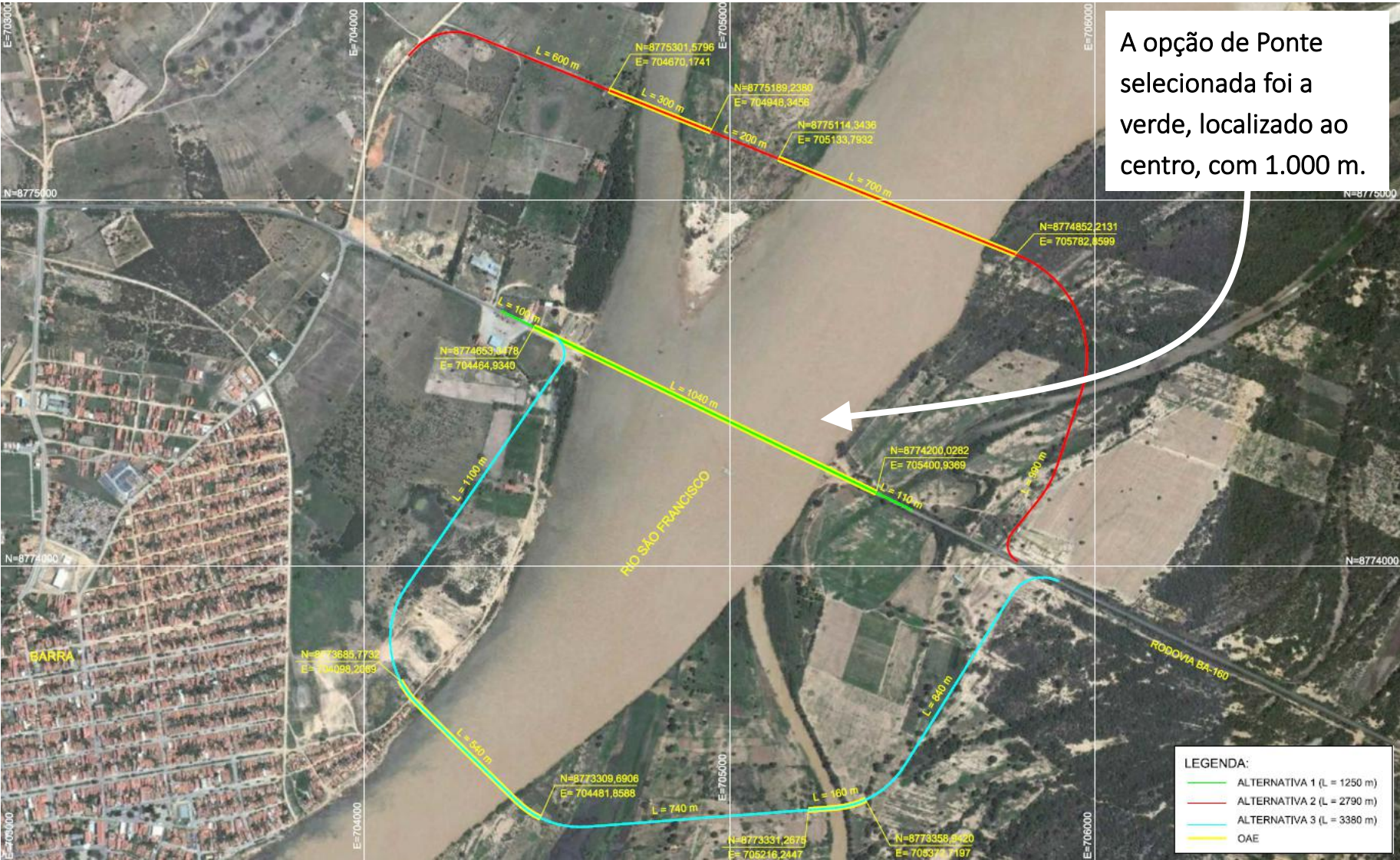
Energia Eólica

- ✓ Pelas características naturais, de relevo e climáticas, a região se destaca como de alto potencial para a produção de energia eólica. Um parque eólico está sendo instalado na região.

Principais Municípios

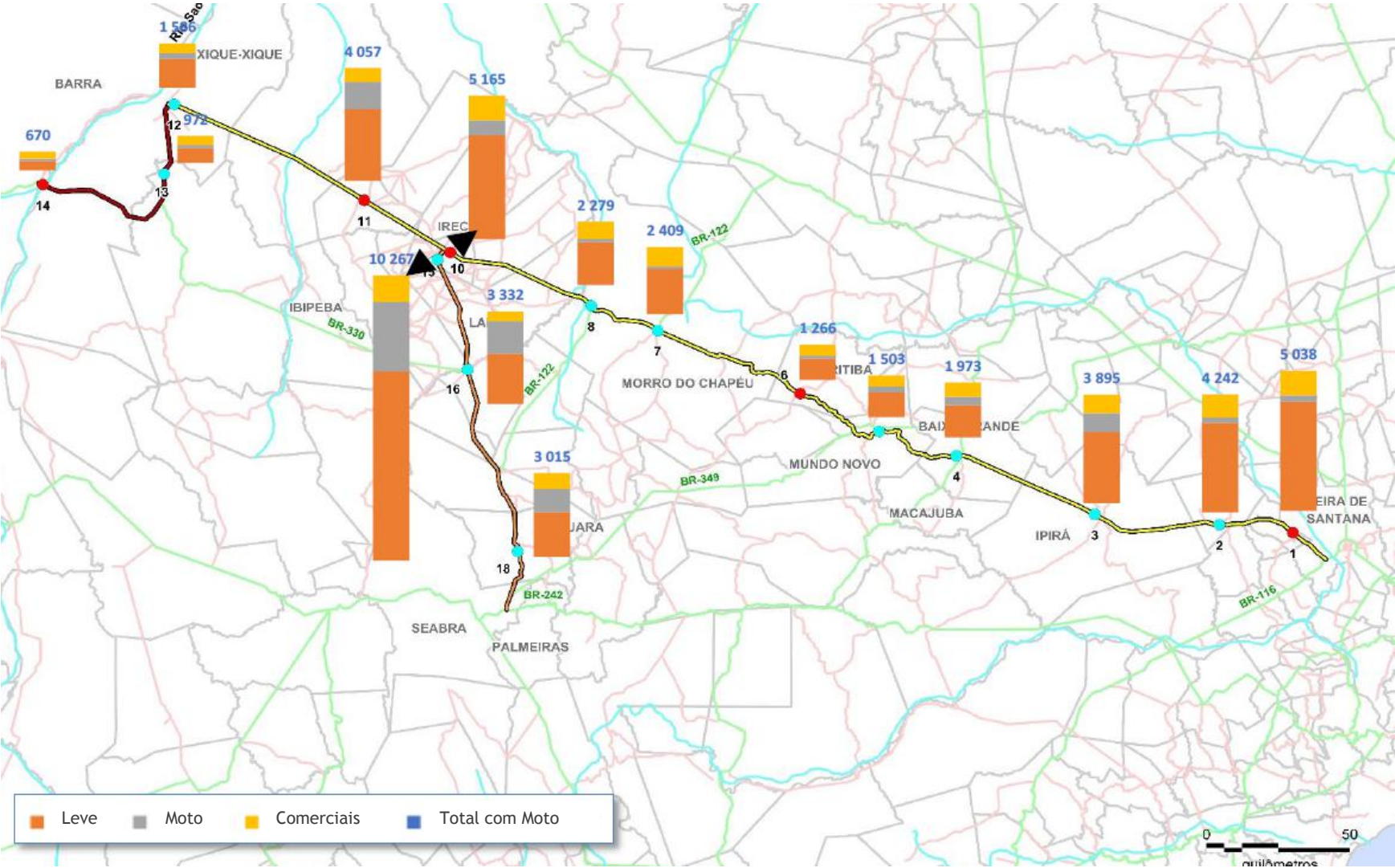


Possibilidades para a Construção da Ponte



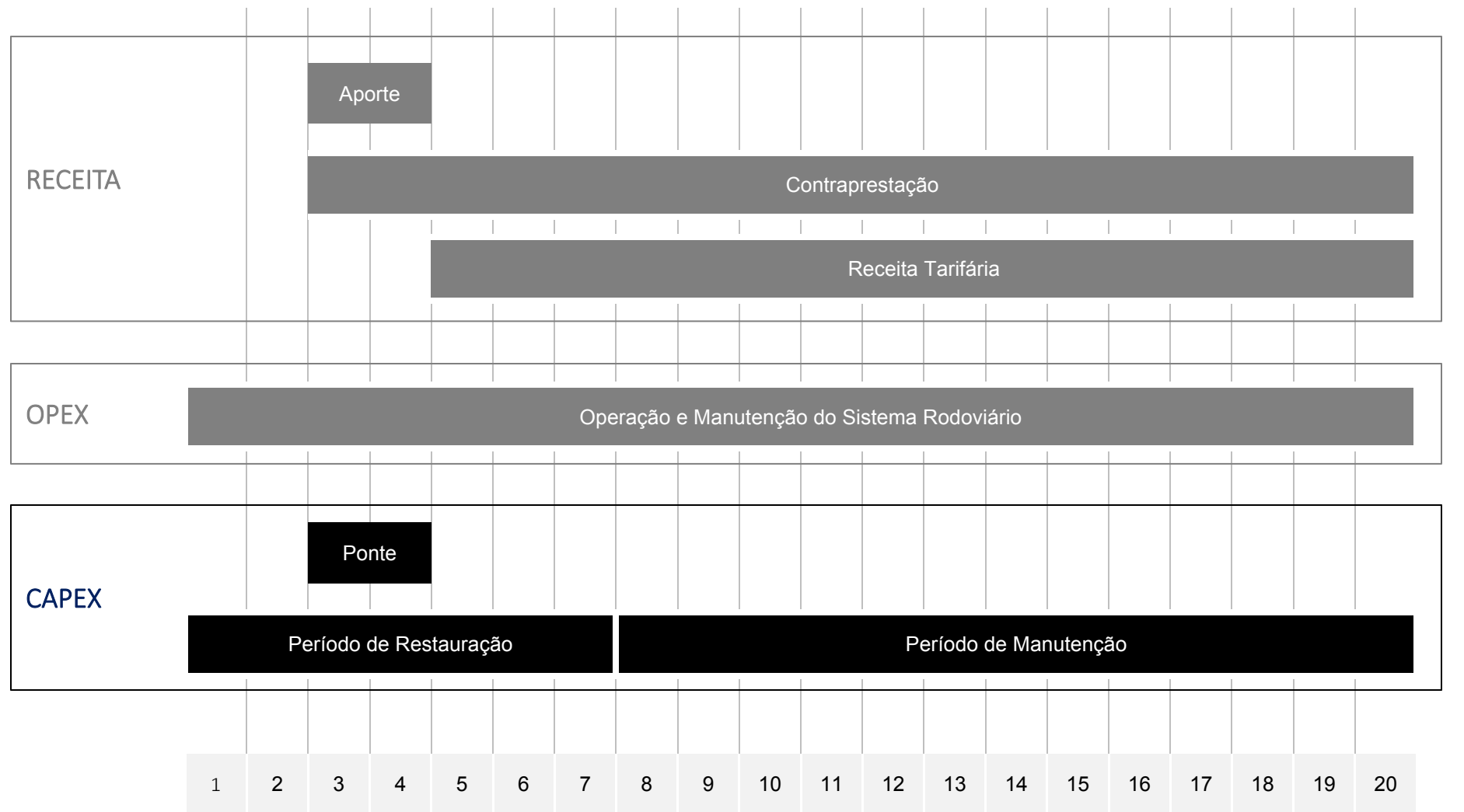
A opção de Ponte selecionada foi a verde, localizado ao centro, com 1.000 m.

Contagem de Tráfego - Volume Diário Médio Anual (VDMA)



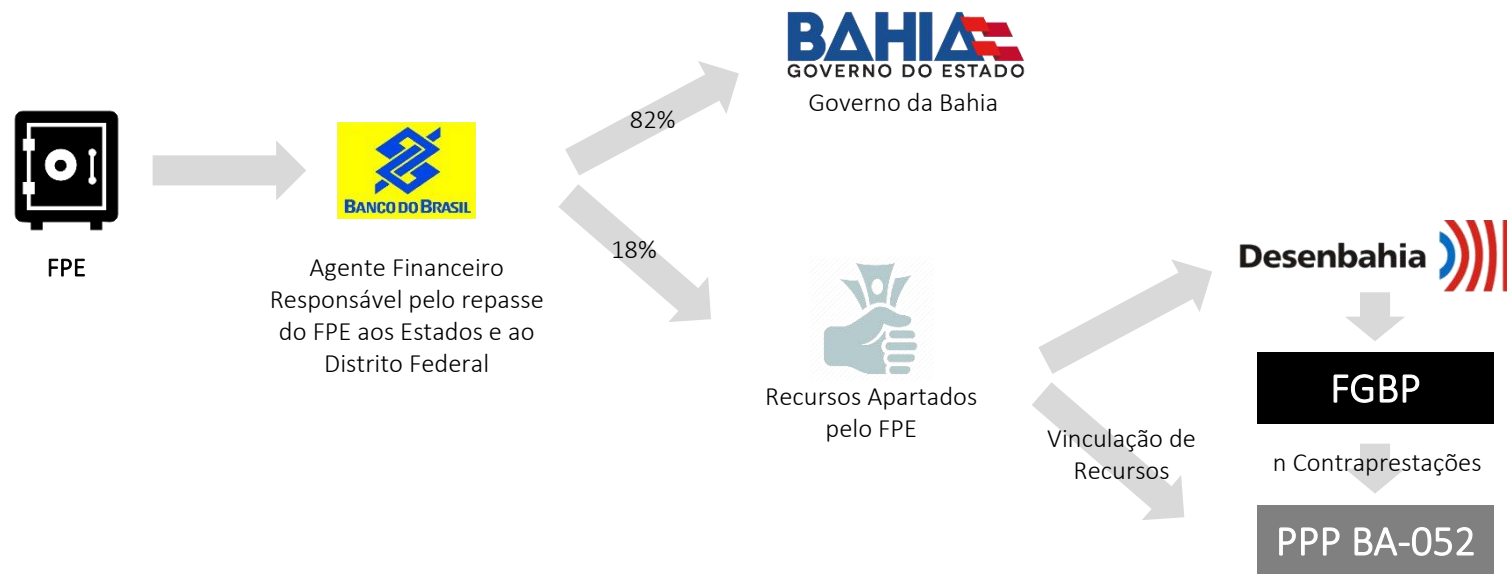
Pesquisa realizada em Novembro de 2015

Cronograma dos Fluxos da Concessionária



Sistema de Garantias - fluxo financeiro

- ✓ As estrutura a ser adotada para fins de garantia pública deverá abranger a vinculação em conta dos recursos apartados do FPE para pagamento mensal da contraprestação pública



Custo Médio de Capital

Taxa Livre de Risco - Estados Unidos	4,16%
Prêmio pelo Risco País	4,03%
Taxa Livre de Risco – Brasil	8,19%
Beta Desalavancado	0,740
Beta Alavancado	1,23
Retorno Mercado	11,05%
Prêmio pelo Risco de Mercado	6,89%
Prêmio pelo Risco da empresa	8,46%
Custo do Capital Próprio (em US\$)	16,66%
Inflação Americana (CPI)	2,21%
Custo Real de Capital Próprio (em R\$)	14,13%
Custo da Dívida	8,45%
Alíquota de Impostos	34,00%
Custo da Dívida Após Impostos	5,57%

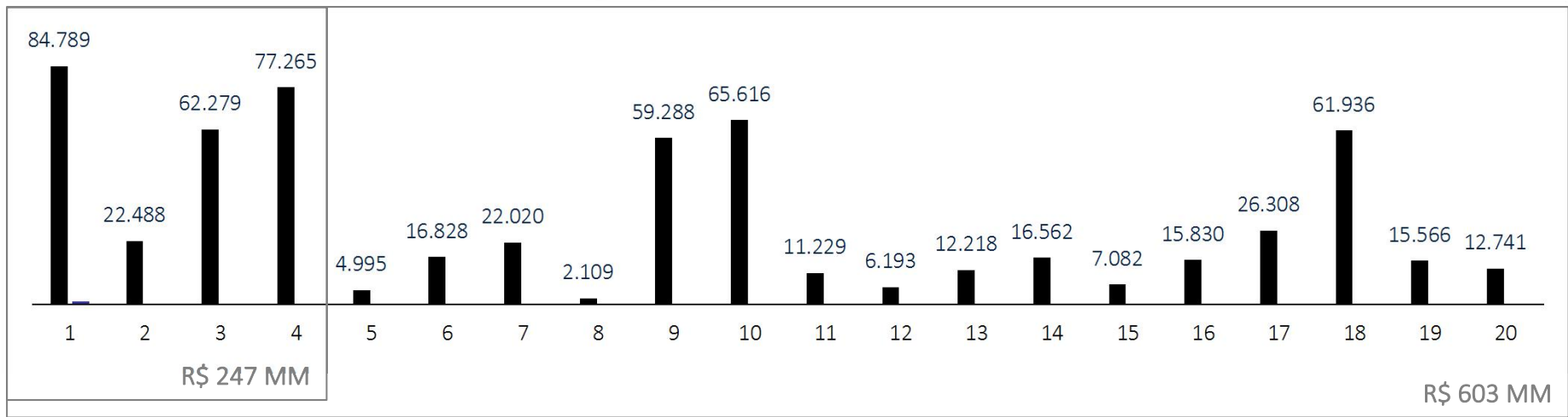
Capital Próprio/(Dívida Total + Capital Próprio) 50,00%

Dívida Total/(Dívida Total + Capital Próprio) 50,00%

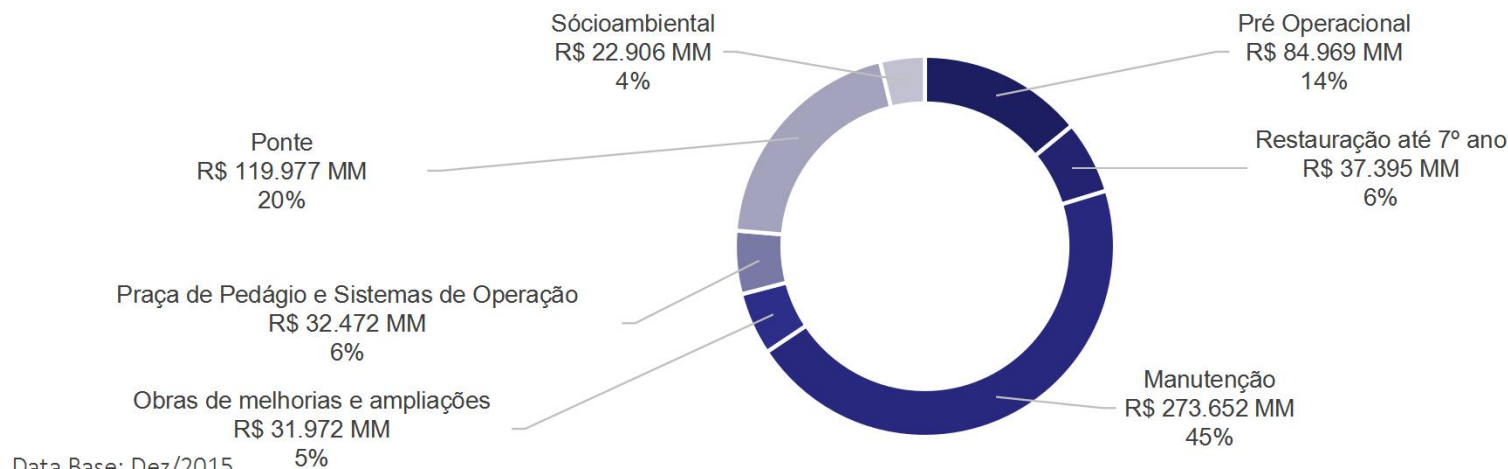
WACC Real (em R\$) 9,85%

Investimentos (CAPEX)

Fluxo Anual



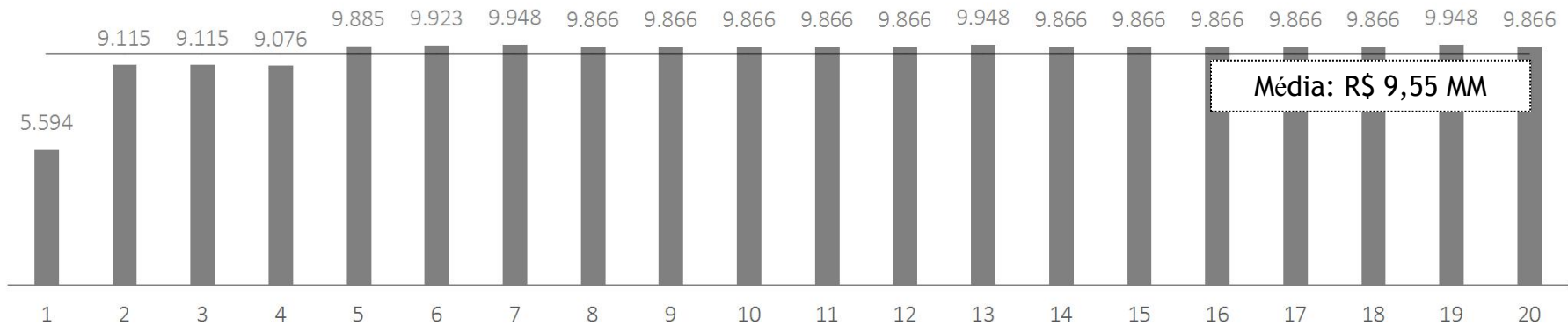
Principais Investimentos - total



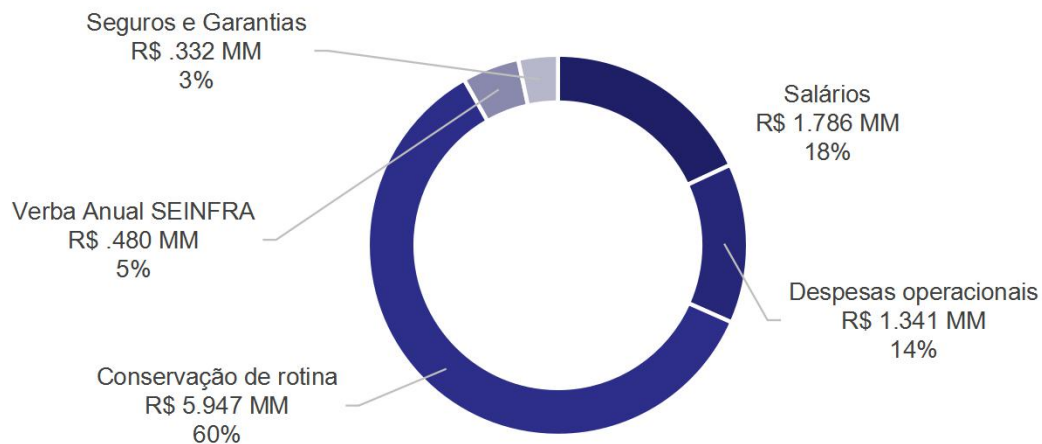
Data Base: Dez/2015

Custos e Despesas (OPEX)

Fluxo Anual



Principais Custos e Despesas – média anual



Data Base: Dez/2015

Obrigado

José Atilio Cardoso Filardi
atilio@sefaz.ba.gov.br
Telefone: (71) -3115-2425